



MULHERES RURAIS - A DESCOBERTA E CONQUISTA DA CIDADANIA PELA VALORIZAÇÃO DOS QUINTAIS¹

RURAL WOMEN - THE DISCOVERY AND CONQUEST OF CITIZENSHIP BY MEANS OF BACKYARD'S VALORIZATION

FEMMES RURALES - LA DECOUVERTE ET ACQUISE DE LA CITOYENNETÉ PAR LA VALORISATION DES ARRIÈRE-COURS

Maria Geralda de Almeida

LABOTER - Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais

Universidade Federal de Goiás - IESA

E-mail: mgdealmeida10@gmail.com

RESUMO

A economia rural é marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas geradoras de emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento. Neste artigo, ilustrando-se em mulheres de três assentamentos rurais no estado de Goiás, discutem-se como elas conseguiram adquirir visibilidades, ganhar destaque político e tornar mais valorizado o seu trabalho e a condição de mulher. Realizou-se a pesquisa qualitativa e conclui-se que o ingresso de renda com o seu trabalho lhe dignifica e estimula a participar de movimentos sociais e reivindicar políticas específicas para mulheres.

Palavras-chave: espaço da mulher; Projetos de assentamentos; empoderamento; políticas.

ABSTRACT

Rural economy is marked by the sexual division of work. The men are associated with economic activities that generate jobs, occupation and income, and women are concentrated at activities that are turned toward the familiar self-consumption, with a small degree of income and employment. This essay, illustrating itself at women from three rural settlements of Goiás' State, discuss how they managed to acquire visibilities, get political renown and made their work get more valorized, as their condition as woman. It's based on qualitative research and it concludes that the participation of the income of their work dignifies and stimulates them to participate of social movements and claim politics specifically for women.

Keywords: women's space; settlement projects; empowerment; politics.

RÉSUMÉ

L'économie rurale est touchée par la division sexuelle du travail. Les hommes sont associés aux activités génératrices d'emploi, de rente tandis que les femmes ont des activités destinées à l'autoconsommation de la famille, avec un bas niveau de rente et de travail salarié. Il s'agit d'une étude de trois projets de dont les femmes ont réussi une visibilité, arriver au pouvoir politique ayant valorisé leurs travaux et la condition de femme. La recherche est qualitative. Et l'analyse permet de conclure que toucher l'argent par son travail dans les arrière-cours amène les femmes à avoir la dignité, augmente sa participation aux mouvements sociaux et le font à revendiquer politiques spécifiques aux femmes rurales.

Mots-clés: espace de femmes; implantation de population rurale; politiques; l'autonomisation des femmes.

¹ Artigo vinculado ao Projeto Identidades territoriais e políticas de desenvolvimento territorial e ambiental na Reserva da Biosfera Cerrado – Goiás. Bolsa CNPq PQ Produtividade e Projeto A Mulher Rural Assentada: Troca de Saberes sobre Agroecologia nos quintais, Economia Social/Criativa no Vão do Paranã - GO. Edital Proext/2014. SES. MEC.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, propõe-se discutir como as mulheres rurais têm se tornado protagonistas expressivas para algumas conquistas, sobretudo, após a relação estreita e valorativa feita com o quintal. Considerado como espaço feminino, o quintal é fonte de sobrevivência da família, e nele se reproduzem os saberes e práticas de conhecimento de plantas, de criação de animais e de alimentos. Ele é um bem cultural de quem o cria e mantém.

A primeira questão que surge no estudo sobre mulher rural é a própria definição de espaço rural. Geralmente, as análises baseiam-se na classificação estabelecida pelo IBGE, que considera como rural as áreas externas ao perímetro urbano das sedes municipais ou distritais, e também externas às áreas urbanas isoladas, definidas por Lei Municipal (IBGE, 2010). Uma limitação desta classificação é que as estimativas das populações urbanas e rurais acabam influenciadas pela delimitação administrativa dos poderes públicos locais, muitas vezes dissociadas das características estruturais ou funcionais do território.

Também as populações rurais podem ser afetadas pelo processo de emancipação municipal, que, ao criar novas sedes municipais, transforma, muitas vezes, uma população antes rural em urbana. Critérios alternativos são propostos na literatura nacional, o que levou o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA a incentivar investigações sobre o espaço rural.

Pesquisa apoiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, adotando um critério distinto do IBGE, calcula que 36% da população brasileira é rural, diferentemente dos cerca de 16% apontados pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual maior considera a aplicação de um conceito de rural defendido pelos pesquisadores, respaldado em Wanderley (2013, 2000), Schneider (2011), Veiga (2000) e Mendras (1986). De acordo com o levantamento, como só existe o conceito de urbano na legislação, a ruralidade acaba sendo definida por exclusão, conforme mencionado acima. Também, uma corrente defende que a dicotomia campo-cidade, em suas formas tradicionais, será resolvida, pela sociedade, com a “vitória” da cidade, cujo desfecho seria o próprio fim do rural e a urbanização completa do campo. Wanderley formula a hipótese de que o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como “um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade” (2013, pp. 88-89).

Tania Barcelar, a coordenadora da pesquisa “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: Implicações para as Políticas Públicas”, em entrevista concedida a EBC Brasil, no dia 09/03/2015, ressaltou que 90% dos municípios brasileiros têm menos de 5 mil habitantes, e que,



sociologicamente, deveriam ser considerados zonas rurais, e não urbanas, opinião anteriormente manifestada por Veiga (2000). “O estilo de vida dessas pessoas é mais ligado à natureza, as relações sociais são diferentes.”

Em termos absolutos, a população rural brasileira continua expressiva, totalizando 30 milhões de pessoas em 2010, contingente que na América Latina não supera apenas o da Argentina. Deste número, quase 15 milhões são mulheres, muitas delas sem acesso aos direitos básicos, como saúde e educação. As mais jovens são as mais afetadas pelos processos migratórios, e a maioria delas não conta com o devido reconhecimento de sua condição de agricultora familiar e camponesa. Apesar disso, elas assumem de forma expressiva a responsabilidade exclusiva pelo grupo familiar que integram (MAIA, BUAINAIN, 2015).

Ainda de acordo com estes autores, um aspecto a refletir é a masculinização da população rural. Nas áreas rurais, a população masculina é superior à população feminina, em todas as faixas etárias (razões superiores ao valor unitário). Embora, historicamente, nasçam mais homens que mulheres, a prevalência masculina na estrutura etária da população tende a reduzir com o passar dos anos, já que a taxa de mortalidade masculina é superior à das mulheres, em todas as faixas etárias. Nas áreas rurais, entretanto, essa dinâmica demográfica não resulta em uma maior proporção de mulheres para as faixas mais elevadas, já que, concomitantemente, muitas dessas migrariam para as áreas urbanas. Também, há de se considerar a intensa mobilidade temporária do homem rural entre áreas rurais, o que reflete em sua permanência e superioridade no meio rural, nos dados estatísticos.

Diversos fatores ajudam a explicar esse processo de masculinização da população rural. Entre eles, as transformações das atividades agrícolas, como o uso intensivo de tecnologia e o assalariamento da mão de obra (ANJOS & CALDAS, 2005). Além de reduzir a exigência de mão de obra, essas transformações privilegiariam a contratação de mão de obra permanente ou temporária masculina, contribuindo para aumentar a segregação de gênero nas atividades agrícolas.

Assim, as desigualdades ainda marcam a vida das mulheres rurais. A economia rural sempre teve o estigma da divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento. As mulheres rurais representam 64% do total das mulheres trabalhadoras brasileiras que não auferem remuneração (IBGE, 2010).

Contudo, as mulheres que permanecem no meio rural dividem tarefas com o homem, e criam, paralelamente, o seu próprio universo, gradativamente reconhecido como importante, expressivo do trabalho da mulher. Neste artigo, ilustrando-se em mulheres de assentamentos rurais,

discute-se como elas conseguiram adquirir visibilidade, ganhar destaque político e tornar mais valorizado o seu trabalho e a condição de mulher.

Para tanto, foram selecionados três Áreas de Assentamentos no Território de Cidadania do Vão do Paranã, Nova Grécia, com 126 lotes, com 118 famílias assentadas; em Posse, o Cintia Peter (40 famílias e lotes); o de Agrovila, com 28 lotes e 49 famílias assentadas, no município de Mambaí, no Estado de Goiás. Foram realizadas 34 (trinta e quatro) entrevistas, cujo critério principal foram adultos do sexo feminino e de área rural. Os lotes foram escolhidos usando as estradas de via de acesso e, havendo sinais de presença nas casas, aproximávamos e informávamos nosso interesse em conversar sobre o trabalho, a rotina na casa e no quintal. Além da entrevista individual, recorreu-se à pesquisa focal de grupo, em duas ocasiões, aproveitando momentos em que elas finalizavam a participação em uma feira em Mambaí, e na outra, ao término de uma reunião para apresentar esta pesquisa e suas finalidades, no PA de Nova Grécia-Posse.

Esta pesquisa-ação, realizada desde 2011, transcendeu a determinação científica e acadêmica. Ela implicou interesse social e este modela quais problemas sobre a mulher serão investigados, para que e como interessa realizá-la. A atenção prestada a problemas e questões vinculadas a diferença e a identidade, convertidas em eixo de alguns dos enfoques metodológicos da geografia da mulher, tem um caráter multiforme, porque abarca desde os espaços domésticos aos espaços de sexualidade. Pretende-se, então, ressaltar o papel da mulher na economia do pequeno produtor e na produção agrária familiar, assim como nas condições de trabalho feminino no âmbito social. Também, o enfoque social que faz da natureza do Cerrado uma construção social e histórica. A interpretação da natureza é feita associando-a aos processos de caráter social, político e cultural. Uma pesquisa sobre a condição da mulher deve, pois, incluir a relação entre a mulher rural e a natureza do Cerrado, sobretudo por ser feita em uma microrregião do Estado de Goiás que se constitui em uma Reserva de Biosfera do Cerrado, desde 2001. O meio ambiente integra o marco cultural e social. O uso e sentimentos expressos com a natureza revelam os interesses e os meios de conservação/proteção da natureza pelas mulheres.

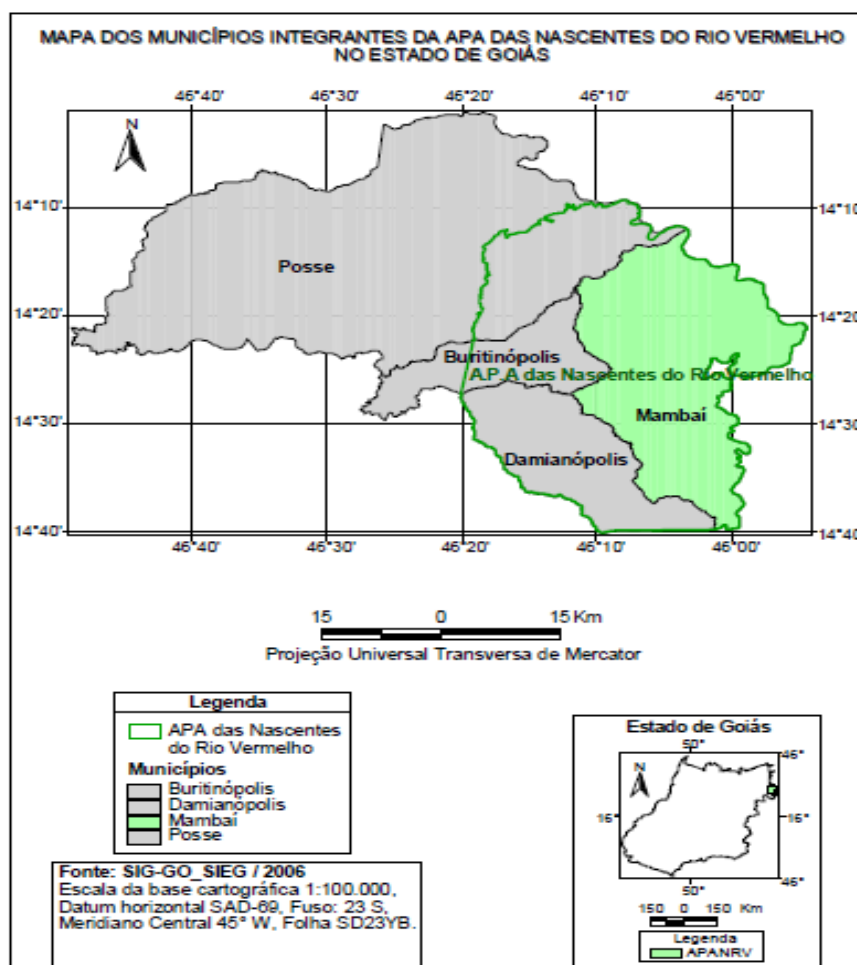
A discussão dos resultados será com uma contextualização do Vão do Paranã-Nordeste Goiano, abordando os aspectos socioambientais dos dois municípios, destacando os Projetos de Assentamentos selecionados. Posteriormente, vem o espaço social, político e geográfico da mulher rural, com ênfase nos quintais de algumas assentadas, em uma seção dedicada aos mesmos. Por fim, encerra-se com a apresentação das conquistas de cidadania, reflexo da visibilidade adquirida como produtora, sujeito e mulher.



2 TERRAS DE REFORMA AGRÁRIA E A LABUTA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Mambai conta com a presença de recursos naturais, tais como cavernas e águas subterrâneas, cachoeiras, cânions e formações rochosas, os quais são viáveis ao desenvolvimento da atividade turística. O município de Mambai possui grande parte de sua área dentro da Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho (APAMRV). Essa abrange uma área de 176.322,22 hectares, englobando os municípios de Buritinópolis, Damianópolis, Mambai e Posse (Figura 1). Há seis assentamentos de reforma agrária criados pelo INCRA em um raio de 40 km. A situação destes habitantes é de extrema pobreza e dependência de recursos, donativos e auxílios do governo (especialmente programas de transferência de renda – como a Bolsa Família e a Aposentadoria Rural). A principal atividade econômica é a agricultura familiar - 70% - em torno de 700 famílias, com cultivos diversificados – milho, feijão, arroz e um rebanho de 10.000 a 12.000 cabeças de gados, em aproximadamente 10 mil hectares de pastagens, boa parte das quais é natural. O município produz também 8 mil toneladas anuais de carvão, 6 mil m³ de lenha e 18 toneladas de pequi, conforme informações do secretário da Agricultura da Prefeitura de Mambai (2013).

Figura 1: Mapa de localização da APANRV e municípios integrantes.



O arroz e o milho são duas culturas com maior área cultivada. E a produção de mandioca, feijão e cana-de-açúcar é cultivada em pequenas áreas e serve, sobretudo, para o consumo familiar, sendo os escassos excedentes comercializados. A pecuária também é pouco desenvolvida. Mambaí possui grandes áreas de Cerrado conservado, fato que pode ser explicado pela presença do Parque Natural Municipal do Pequi e de APA das Nascentes do Rio Vermelho. De acordo com dados do Probio (2010), a APA das Nascentes do Rio Vermelho ainda possui 73% de sua área correspondente à cobertura vegetal. Isso, provavelmente, também se justifica por ter o relevo movimentado e não atrair os interesses dos grandes produtores de soja, principais responsáveis pelo desmatamento na região vizinha do Oeste Baiano.

No caso de Posse, o desenvolvimento do município ocorreu, principalmente, com a inauguração da rodovia BR-020, Brasília-Salvador, no final da década de 1970 (IBGE). Economicamente, destaca-se na produção de milho, arroz e feijão e também pela pecuária.

A cidade possui os Bancos do Brasil, Itaú e o Bradesco. Há também alguns restaurantes e hotéis. O comércio é voltado para a venda de produtos agropecuários e há ainda lojas de roupas, calçados, móveis, material de construção e serviços diversos, como salões de beleza e *pet shops*. Hipotetiza-se que a presença de vários bancos e estabelecimentos de produtos agropecuários e implementos agrícolas é para atender as áreas de agronegócio do Oeste da Bahia e, também, por Posse estar próxima a rodovia BR-020, ligando Brasília ao Nordeste brasileiro.

Historicamente, o Nordeste Goiano, no qual se encontram os municípios de Mambaí e de Posse, apresenta os maiores problemas socioeconômicos e socioambientais do Estado de Goiás. Além disso, sua produção de alimentos básicos, como o milho, a mandioca e o feijão, tem significado local, o que coloca o Nordeste como inexpressivo frente aos índices de outras regiões goianas. Também, sem conseguir criar condições de emprego e de renda, e sendo uma região de baixa população, o Nordeste é mais conhecido como o “Corredor da Miséria” de Goiás. Esta foi uma das razões para sua inclusão nas políticas do Território da Cidadania do Governo Federal (CARVALHO, 2005).

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de alguns municípios do Nordeste Goiano (2000) aponta certa homogeneidade municipal, e também um distanciamento do IDH goiano. Assim, sendo Alvorada do Norte (IDH 0,688), Damianópolis (IDH 0,633), Flores de Goiás (IDH 0,642), Iaciara (IDH 0,704), Guarani de Goiás (IDH 0,632), Mambaí, (IDH 0,647), Posse (IDH 0,711), Simolândia (IDH 0,657), São Domingos (0,631). Goiás, em igual período, ou seja, no ano



2000, apresentou 0,776. A indicação do baixo desenvolvimento da região nordeste está neste conjunto de nove municípios, sendo que somente dois apresentam IDH próximo àquele do Estado.

No que diz respeito ao sexo, ilustraremos com alguns exemplos municipais: Alvorada: 59,07% da população é rural e possui 50% de mulheres; Nova Roma tem 58,92 de população rural e 49% da população é de mulheres; e Flores, cuja população rural é superior a 70%, também possui um número ligeiramente superior de mulheres, refletindo, assim, a situação nacional. A população rural de Mambaí é de 2.069 habitantes, aproximadamente 50% do total e, Posse, com 7.480 de população rural, inexpressiva diante de 23.939 urbana também se confronta com as constantes demandas de ações feitas por ela. Não dispomos de dados precisos sobre a população feminina nos assentamentos, porém, pelos citados acima, ela pode significar aproximadamente a metade da população assentada.

É importante dizer que mais recentemente o Nordeste Goiano conhece uma expansão de empresas rurais modernas, com predominância de cultivo de soja, cana-de açúcar e milho. A região constitui-se em uma importante fronteira de expansão de grãos do sudoeste baiano com a instalação de grandes armazéns, sobretudo em Formosa, município limítrofe ao Vão do Paranã, como a PIONNER, PRODUTIVA SEMENTES, CEREAISUL, ASA ALIMENTOS e SYNGENTA.

É evidente que não existe apenas a região economicamente “pobre”. Contudo, nesta região do Vão do Paranã, existe cerca de 31 Projetos de Assentamentos: Alvorada do Norte, Projeto Alvorada I, com 118 famílias, e Projeto Alvorada II, com 57 famílias; Divinópolis de Goiás: Projeto Riacho Seco, com 90 famílias, e Projeto Marcos Correa Lins, 419 famílias. Em Mambaí, foram visitados Paranã, com 70 famílias, Capim de Cheiro, com 32 famílias, e Cynthia Peter, com 41 famílias; visitou-se o Projeto Simolândia, com 35 famílias, em Simolândia; em Flores, os Projetos Bela Vista e São Vicente, com 139 e 632 famílias, respectivamente; e em Posse, esteve-se no Projeto Nova Grécia, com 118 famílias, o que no total daqueles citados aproxima-se de 2 mil famílias assentadas (ALMEIDA, 2010).

Alguns PA's já são emancipados, outros, desde 2008, encontram-se em implantação como o de Simolândia, permanecendo sem um Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Os assentados apresentaram como problemas: dificuldade de água nos lotes; qualidade do solo insatisfatória para uma boa produção, necessidade de aquisição de alimentos agrícolas por dificuldade do plantio; ausência de políticas públicas regulares para o meio rural e falta de geração de renda. Em Nova Grécia, tornou-se uma prática os homens migrarem para o Oeste Baiano para trabalharem nos empreendimentos de agronegócio, com plantações de soja e milho, retornando ao PA quinzenalmente, ou mesmo uma vez ao mês.

Diante deste quadro, à mulher cabe um grande encargo para assegurar a alimentação básica para a família. Além disso, muitas vezes a escassez de água torna-se um desafio para as práticas culturais, até então respeitadas do meio ambiente. A dura realidade é o desempenho dos setores de educação, saúde, da oferta de serviços básicos e de renda da mão de obra formal, possíveis somente nos núcleos urbanos próximos aos assentamentos, porém, com vias de acesso precárias e sem transporte regular.

A esse contexto de uma precariedade social acrescentam-se a carência alimentar e uma pobreza na deficiência em nutrientes, solos pedregosos e sem água, em boa parte das parcelas. Os assentados, portanto, continuam com uma maior dependência dos governos municipal, estadual e federal. Tal fato persiste, sobretudo, pela ausência da titulação definitiva, pois, embora já tenha decorrido o prazo para a emancipação, o INCRA não lhes concedeu a titulação, impedindo o acesso aos financiamentos agrícolas.

Cabe repetir que, na impossibilidade de fazer esta pesquisa-ação com as mulheres assentadas nos 31 assentamentos, priorizou-se aquelas dos assentamentos Agrovila e Cintia Peter em Mambai (49 e 48 famílias, respectivamente), e Nova Grécia, em Posse (118 famílias).

3 QUAL É O ESPAÇO DA MULHER?

A distinção homem-mulher, em seus diversos termos, tem um caráter social, é uma construção social. E é a sociedade que a cria, que molda as duas figuras e lhes outorga traços próprios, o que os diferencia no cotidiano, nos comportamentos, no trabalho e nas relações sociais. Nos anos 1980, movimentos sociais e feministas procuravam modificar esta visão.

Os espaços da mulher estão vinculados à esfera de produção, associada de forma preferencial à atividade masculina. Para Deere (2004) além disso, a forma de integração feminina nesta esfera produtiva é caracterizada por uma generalizada discriminação e segregação nas condições de trabalho: salários mais baixos, empregos menos qualificados, com menores possibilidades de mobilidade ascendente, ausência dos postos de direção, entre outros, quando não ocorre a invisibilidade de seu trabalho, muito comum no meio rural. A notável participação da mulher no trabalho agrário e seu protagonismo no sustento da família e da comunidade tem sido gradativamente objeto de estudo de pesquisadores como Silva (2013), Hernandez (2010), Neves e Medeiros (2013), Deere (2004) entre outras.

A presença da mão de obra feminina, abundante, doméstica, com retribuições salariais ínfimas, estimulou a exploração de mercados de trabalho femininos desprotegidos e marginalizados. Foi parte das estratégias do capital de uma economia global dialeticamente vinculada ao localismo



das relações laborais. A organização social do espaço, a produção e a reprodução do espaço aparecem, assim, sutilmente mediatizada pela condição masculina ou feminina. O pertencimento a uma ou a outra determina o espaço a ocupar: o espaço físico, o espaço político, o espaço de relações, o espaço econômico. Determina, também, as condições de uso deste espaço.

O espaço resulta ser um elemento chave na discriminação feminina e, neste sentido, são as reflexões teóricas espaciais que sustentam a necessidade e a possibilidade de um discurso geográfico a partir da condição feminina. Conforme já o dissemos (ALMEIDA, 2016), há marcas da mulher no espaço e, sobretudo, seu papel na construção desse espaço. Cabe esclarecer que as mulheres rurais sempre desempenharam um papel fundamental no seu meio, transcendendo ao universo determinado pelo homem e, mais recentemente, adquirindo uma dimensão destacada nas mudanças que ocorrem no mundo rural.

Na América Latina, já é reconhecido como o movimento de mulheres rurais, rompeu com padrões culturais tradicionais de comportamento coletivo e adotou novas formas de relações políticas com o poder local, nacional e internacional. No Brasil, a Marcha das Margaridas, que reúne uma massa expressiva de mulheres rurais, é exemplo anual do posicionamento da mulher na luta pela terra, pela melhoria das condições de vida no meio rural.

Surgem questionamentos sobre os processos de construção deste espaço mais visível da mulher, sua configuração, seus objetivos, suas normas, seus símbolos, sua concepção de forma geral. Descobre-se que o espaço da mulher é configurado de acordo com o esquema elaborado a partir de uma concepção masculina, apontada por Bourdieu (1990). Um espaço dual. Por um lado, o espaço da produção, o espaço da economia, o espaço produtivo, o espaço do poder, o espaço da política, o espaço do trabalho, o espaço da atividade, o espaço dos ativos. É o espaço socialmente simbólico, o espaço masculino ou masculinizado. A ele correspondem os elementos simbólicos do poder político, do poder econômico, do poder ideológico, do poder religioso.

Por outro lado, há o espaço da reprodução doméstica. Trata-se de um espaço amorfo, indiferenciado, dependente. É o espaço do não trabalho, um espaço à margem da economia, o espaço dos “inativos”. Aparece como um espaço sem valor, sem símbolos socialmente relevantes. É o espaço doméstico, o espaço da vizinhança, os quintais, o espaço da dona de casa, das crianças e idosos. É o espaço da mulher, o espaço feminino.

Viola (2000) afirma que até a década de 1970 a invisibilidade da mulher era absoluta, perpetuada por prejuízos androcêntricos que norteavam as análises. O uso do PIB e outros indicadores macroeconômicos, por exemplo, não refletem o trabalho feminino em atividades de autoconsumo ou na economia informal, setores que revelam uma especial importância no Terceiro

Mundo. E o conceito de chefe de família, identificado implicitamente com um homem, relegava a mulher à esfera do “trabalho familiar”. Negava, assim, a sua importante contribuição à subsistência familiar, que Mendras, em 1986, e Kayser, em 1996, já sinalizavam como importantes de serem incluídos para a compreensão do mundo rural em transformação.

Presentemente, a mulher ascende, milhares delas se tornam chefes de família, seus nomes constam como titulares de lotes nos Projetos de Assentamentos e elas tornam-se produtoras e visíveis para suas famílias e para o setor econômico, geralmente sem saírem da casa e do seu entorno.

A casa como lugar e a vida cotidiana são realidades que constroem o vivido e o percebido. O real são os fazeres diários, é como respirar. O real envolve todo nosso ser, todos nossos sentidos. Os acontecimentos simples podem, com o tempo, se transformar em um sentimento profundo pelo lugar. A casa é um lugar à medida que adquire definição e significado, e é, conforme Tuan (1983), onde as necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção.

A casa é forte reflexo das práticas culturais. Na forma e o material com que a fazem, estabelecem as divisões internas e os usos do espaço, como escolhem os objetos como úteis e necessários para seu interior, definem os espaços para os membros da família e visitantes, certamente os componentes sociais e culturais são determinantes. Este espaço definiu-se como o espaço de reprodução da mulher, por excelência, sobretudo, com as atividades consideradas como da mulher: cozinhar, cuidar da ordem e limpeza do lar, dos filhos e marido, providenciar e assegurar a saúde, educação, vestuário e segurança alimentar da família. A casa é o abrigo e, também, “a fábrica”, em produções essenciais geradoras de alguma renda, como o artesanato.

Neste sentido, a mulher enfrenta duras horas de jornada e de trabalho, sobretudo no meio rural. Além disso, ela compartilha das preocupações familiares quanto à renda necessária para adquirir produtos industrializados; e, em suas escassas horas desocupadas, busca “o que fazer” com seus conhecimentos e habilidades, transforma sua casa em “fabriqueta” de doces, de bebidas, produtos derivados de leite, bordados, costura e artesanato. A renda familiar ganha fôlego com qualquer produto comercializado e esses produtos são expressivos para a economia de um local no qual a geração de emprego é escassa. As vendas incentivam e motivam a mulher a procurar ampliar sua autonomia, principalmente na matéria-prima. Os quintais, por estarem na extensão do espaço da casa, tornam-se a primeira escolha.

Essa importância atribuída aos quintais foi possível de ser constatada nos estudos geográficos, desde 2011, durante a realização do projeto de extensão do Edital Proext nº 05/2010, intitulado “Troca de Saberes no Cerrado: Valorização dos Quintais, Segurança Alimentar e



Cidadania nas Comunidades Kalunga em Teresina de Goiás”, que coordenamos, e possibilitou um aprofundamento sobre o tema Quilombolas e Quintais Agroecológicos. O quintal, para aqueles que circulam pelo meio rural, é o espaço dos saberes. É nele que a mulher, sobretudo, reproduz seus conhecimentos com as plantas, sejam plantas medicinais ou alimentos. Conhecimentos adquiridos historicamente, passados por gerações, de mãe para filha, de avó para neta. É, portanto, espaço cultural, simbólico e de segurança alimentar.

Esta reflexão está em consonância com Carlos (2007, p. 14), que, com base em Divignaud (1977), afirma que o espaço nos remete aos conjuntos vivos, nascidos da prática e compostos pelo dinamismo de cada nova geração, seja em sua dimensão da imensidade nômade ou daquela da cidade ou ainda das toponímias, “o espaço se compõe de experiências além de permitir a vida, lugar onde gerações sucessivas deixaram marcas, projetaram suas utopias, seu imaginário”. Os quintais de assentados são lugares onde as experiências, as práticas dos saberes e a vida acontecem. As mulheres podem deixar suas marcas ao perpetuarem os saberes sobre as plantas, passando-os para novas gerações.

Ao entender o quintal como lugar, nos inspiramos na afirmação de Tuan (1983, p. 155), o qual diz que o valor do lugar depende da intimidade da relação humana, e que “na ausência da pessoa certa, as coisas e os lugares rapidamente perdem significado”. Ou seja, as plantas têm sentido para a mulher assentada que sabe suas utilidades, sabe prepará-las e conhece as fases de crescimento das aves e animais, bem como o período da florada da mangueira e quando pode colher a jaca ou esperar o pequi cair no chão para consumi-lo. Para essa pessoa, o quintal tem um significado, pois os objetos, no caso as plantas e criações, são comuns de sua vivência.

O quintal, já o disse, é um lugar, portanto, não está de forma alguma desvinculado do global. Ainda com base em Carlos (2007), o mundial se concretiza no lugar, é ali que ele ganha expressão. Assim, pode-se afirmar que o quintal é diretamente influenciado pelas relações que ocorrem em uma escala geográfica maior, uma vez que as plantas dependem das águas dos rios e fatores climáticos de escala regional, nacional e impactados globalmente.

No entanto, além do meio físico, outros aspectos modificam a dinâmica dos quintais. Por exemplo, a facilidade em adquirir alimentos e medicamentos industrializados, de grupos multinacionais, instiga mudanças no que plantar, abandonando o interesse pelas plantas medicinais no quintal. Ainda, outra influência são as políticas assistencialistas, pois a transferência de renda governamental possibilita que mulheres rurais comprem alimentos consumidos em seu dia a dia, desestimulando a produção de alimentos em quintais. Por isso, a análise dos quintais leva em conta as observações de Carlos (2007) sobre o lugar no mundo e atenta para as escalas, para não correr o

risco de isolar o quintal como uma singularidade, e desvinculá-lo do global. Afinal, os quintais de assentados constituem o mesmo modelo de quintal de milhares de pequenos agricultores, de agricultores familiares que vivem de agricultura de subsistência no Brasil (KARAM, 2004).

4 QUINTAIS NOS PA NOVA GRÉCIA, CYNTHIA PETER E NO LOTEAMENTO DO BANCO DA TERRA AGROVILA

Convém lembrar que a proposta dos quintais difere dos sítios convencionais por apresentarem maior diversidade de espécies e manejo mais intenso, assumindo enorme importância, tanto para a produção de alimentos e remédios, como para a aclimação de novas espécies, conservação e evolução da biodiversidade (ALMEIDA, 2016). Os quintais extrapolam o conceito de unidades de produção e podem constituir um “sistema agrícola”, uma vez que são verdadeiros espaços sociais, culturais e de valorização do ambiente, onde as relações de trabalho e convivência passam a ser participativas, assumindo também um papel na dinâmica dos modos de vida das comunidades locais, como veremos em alguns exemplos de quintais.

A principal característica locacional do quintal é a localização próxima à casa da família, abrangendo as laterais e os fundos da casa. Além de plantas, existem os simulacros de galinheiros, pois as galinhas ficam quase sempre soltas no quintal, e alguns quintais têm os chiqueiros para as criações, exigindo um pequeno paiol para guardar o milho. Levando em conta esses aspectos, Dubois (1996) comenta que os quintais agroflorestais são espaços de produção que asseguram a complementação importante na dieta alimentar, além de possibilitar a complementação de renda.

De acordo com Quaresma (2015), a composição do quintal não tem rigor, porém ela norteia-se pela utilidade e facilidade do trato das espécies cultivadas/criadas. Ademais, os quintais também espelham o conhecimento e os saberes.

Os quintais são lugares onde as experiências, as práticas dos saberes e a vida acontecem, já o afirmamos anteriormente (PEREIRA; ALMEIDA, 2012). As mulheres podem deixar neles suas marcas ao perpetuarem os saberes sobre as plantas, passando-os para novas gerações. Desde adolescentes, aprendem que o carrapicho reduz a febre, a quina serve para problemas de garganta, o leite de mangaba para dor de barriga, sumo da folha de algodão e mastruz para ferimentos, quebra-pedra para os rins, etc.

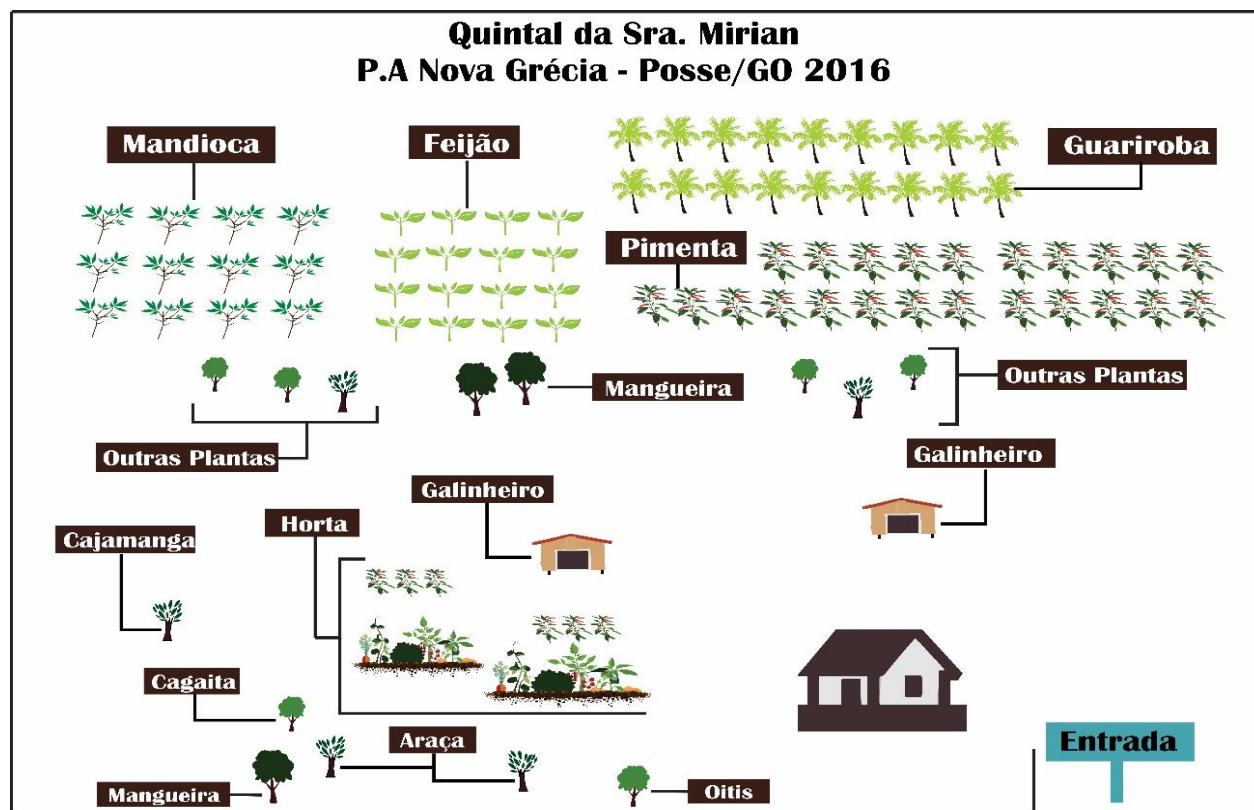
Nos quintais das moradias, as plantas e seu manejo, e a disposição dos elementos, têm relação com a gestão do espaço dos donos: localização da água, galinheiro, paiol, casinha de ferramentas, chiqueiro, horta, sanitários e jirau são construídos de acordo com a localização ideal para seus usos. Além disso, há de se considerar que o mesmo produto cultivado no quintal e no



roçado tem destinação diferenciada. O uso da mandioca plantada no quintal é diferente daquela produzida na roça. A do quintal, por exemplo, é consumida cozida, já a mandioca da roça, produzida em maior quantidade, é utilizada na fabricação de farinha.

Os quintais das assentadas apresentam produtos diversificados para atender principalmente ao consumo da família (Figura 2).

Figura 2: Croqui do quintal de Sra. Mirian, assentada no P.A Nova Grécia. MASCARENHAS, H. 2016



O trabalho no quintal da Sra. Mirian teve início, dado pelo casal, em 2005, em uma área de cerrado com pastagens, o que demandou muito trabalho para prepará-lo. De plantas do Cerrado, ele deixou no quintal: pau-terra, maracujá do mato, cagaita, umbu, baru e araçá. Plantaram o que já tinham o costume em propriedades anteriores e de acordo com o que recebiam de mudas e sementes. O mamão e a melancia tiveram a primeira safra boa, mas progressivamente passaram a amarelar, talvez pela acidez da terra, e, então, o casal teve de abandonar o cultivo dessas frutíferas. Já utilizaram muitos remédios caseiros, como fumo para combater os cupins, urina de gado como adubo e contra o pulgão, cinza nas raízes para fortalecer a planta. Nota-se que o quintal tem um núcleo composto pelas diversas árvores frutíferas, com algumas frutas raras nos quintais sertanejos, como romã, pinha, jamelão, oiti, araçá, abacate; plantas de jardins sombreando em volta da casa e a horta mais próxima da casa. Na horta, além de hortaliças (pimentão, inhame, coentro, cebolinha e

salsa), plantam boldo, babosa, capim eucalipto, hortelã, poejo e sete dores para os problemas de saúde. Os galinheiros que ficavam mais afastados, atualmente fazem a divisória com cultivos, visando a comercialização, dos quais a pimenta em conserva representa sua maior fonte de renda.

A família produz doces com frutas do próprio quintal, como goiaba, caju, coco da Bahia e umbu, e, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, vende hortaliças, como cebolinha e coentro, tanto no Assentamento quanto na feira, em Posse. A família é beneficiária do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar - Pronaf; a Dona Mirian ainda tenta outro financiamento por meio do Fomento Mulher. Ela demonstra orgulho pelo trabalho que realiza no quintal e conta com a colaboração dos filhos adolescentes. Seu marido também coopera mais na comercialização e demonstrou valorizar bastante sua mulher e seu trabalho.

Também, em Nova Grécia, foi visitado o quintal de Dona Cirene Marques Oliveira Mendonça (Figura 3), uma antiga moradora no núcleo urbano, residindo há dez anos no Projeto de Assentamento.

Figura 3: Croqui do Quintal da Sra. Cirene Marques, assentada. MASCARENHAS, H. março, 2016



Seu quintal tem duas áreas distintas: uma mais próxima da casa é bem variada: as plantas frutíferas, de jardins e do Cerrado, como a cagaita, goiaba azedinha e maracujá do mato, que são maiores, crescem próximas da casa para fazer sombra, servir de local para brincadeiras das crianças e às vezes realizar tarefas domésticas; algumas plantas medicinais, como o capim cidreira, boldo, babosa e algodão; um galinheiro e a horta cercada com couve, quiabo, maxixe, cheiro verde, cebolinha. Distanciando da casa, há cultivos de alimentos, tais como a mandioca, o feijão, milho e, mais ao fundo, limite com a cerca divisória do pasto e Cerrado, o capim e cana de açúcar para o gado, e pimenteiros recém-plantados. No quintal dela, há plantas frutíferas, como: manga, amora, banana, laranja, pinha, cajamanga, siriguela, goiaba e cagaita, que são utilizadas para o consumo familiar. A mandioca é produzida para consumo e a farinha feita dela é entregue para o PAA. Em casos de necessidade, a família vende ovos e frangos e, futuramente, as pimentas serão destinadas exclusivamente à comercialização.

De fato, há dificuldades no abastecimento de água tratada, reclamação geral no Projeto de Assentamento. Existe uma turbina que capta a água do Rio Prata, distante cerca de 7 km, e com ela distribui-se a água no assentamento. Os moradores ainda assumem a responsabilidade de cotizar uma taxa mensal de R\$ 15,00/cada (valor em 2016) para que seja realizada a manutenção do equipamento.

No entanto, na época chuvosa, a água é “barrenta”, e no período das secas, não é suficiente para atender as 140 famílias. Atualmente, ela é distribuída somente para 90 famílias. Por não terem renda, os assentados não tiveram como arcar com o custo de um poço artesiano e, hoje em dia, a mesma razão os imobiliza. Agrava-se o contexto com a inércia da gestão municipal, que os obriga a assumir um gasto difícil e quase impossível para a maioria na manutenção do equipamento para terem água em suas propriedades. Pode-se afirmar que, pelos problemas decorrentes da água, o custo do quintal é maior em Nova Grécia.

A água é essencial para manter as plantações e os quintais. Recorda-se que os quintais têm uma produção variada e distribuída ao longo do ano, assegurando a diversificação de produtos para o consumo da família. Esta produção é seriamente comprometida na falta da água, uma vez que as assentadas desistem de investir seu tempo em lugares de risco, como esses apresentados.

No PA Cintia Peter e no Agrovila de Mambaí, implantou-se um projeto de Agroflorestas com a orientação do ICMBio e da UnB, em 2015. A agrofloresta é um exemplo e tem proporcionado uma interface entre a produção e a sustentabilidade, o que é fundamental para a produção agrícola de base ecológica. Segundo Moreira e Carmo (2004), para a elaboração de um plano de desenvolvimento rural em bases agroecológicas é necessário pensar no aproveitamento dos

distintos elementos existentes na região, com harmonia e equilíbrio ecológico. A agrofloresta pode ser aplicada como aliada na preservação do Cerrado, já que a produção agrícola pode ser realizada nos próprios quintais dessas comunidades (quintais agroecológicos), que proporcionarão diversidade alimentícia, não sendo necessário o desmatamento de outras áreas para esse fim.

Na totalidade, seis mulheres no PA e oito mulheres na Agrovila aderiram ao sistema agroflorestral, justificando esse número também pela falta de água. Ilustraremos com alguns relatos sobre as vivências com os quintais dos moradores destes locais.

O casal Maria Teresa Silva e o Sr. Galego moram há 10 anos no PA Cintia Peter. Eles possuem acesso a água, mas há meses que eles ficam sem recebê-la, devido aos vazamentos nos canos e registro fechado, fato que prejudica a produção.

Trabalham com a agroflorestral, cultivam aroeira, eucalipto, cajuzinho, coco da Bahia, algodão, ananás, pinha, laranja, oiti, pitomba, imburana, andú, pitanga, palma, bananeira, ingá, baurú, abacaxi, mangaba, coentro, pimenta, cenoura, mamona, hortelã, banana, manga, laranja, abacate e goiaba. No roçado, cultivam mandioca e cana-de-açúcar (Figura 4). Também criam galinhas para o consumo e possuem cavalos. Todo o quintal foi plantado pela família e eles sempre decidem juntos, o que plantar. Todos ajudam nas atividades do lote, sempre trabalham juntos. “Se pegar de dois aumenta mais o serviço”, afirma a Dona Maria Teresa.

Figura 4: Agrofloresta na propriedade dos assentados Teresa e Galego. PA Cynthia Peter, Mambaí.



Fonte: L. Mesquita. Trabalho de Campo, jun. 2016



A sua produção é insuficiente para participar da feira, A Dona Teresa já realizou curso de beneficiamento do pequi, mas os conhecimentos que possuem sobre as plantas foram apreendidos no seu dia a dia com familiares e vizinhas. Afirma que a atividade que mais gosta de realizar é a de trabalhar na terra, ser lavradora. Dentre as maiores dificuldades de viver no meio rural, cita o fato de não ter um salário fixo e não ter meios para investir na propriedade, para comprar adubos e adquirir maquinários.

Maria Santos, 36 anos, o esposo Luciano e os três filhos moram no lote da mãe dela, que, atualmente, reside na cidade de Mambaí, porém o casal tem planos de construir uma casa para eles no lote.

Eles estão investindo na criação de galinha (ovos e carne para o consumo) e o cultivo, no sistema agroflorestal, de eucalipto, abóbora, noni, beterraba, cebolinha, laranja, pimenta, mandioca, coentro, alface, rúcula, erva cidreira e capim santo. Dona Maria, futuramente, planeja vender a produção na feira de Mambaí, pois sua mãe já tem um espaço lá. Já fazem conserva da polpa do pequi com vendas em Goiânia e em Brasília.

As árvores do quintal fazem sombra e dão frutos. Estes são utilizados para o consumo e para a produção de doces, os quais são para consumo e para venda. Maria salienta a importância da produção do quintal para uma alimentação mais saudável, pois produzem sem agrotóxicos.

Ela e o esposo trabalham em conjunto na horta, segundo a entrevistada, ela só não trabalha na roça, mas os serviços domésticos são realizados por ela e pelos filhos. Confessa que as atividades domésticas são cansativas, mas tem que fazer, pois é o papel da mulher.

Todavia, prefere viver no PA, pela tranquilidade e sossego. E dentre as dificuldades de viver no meio rural, cita a questão de sua autonomia, uma vez que não tem mais renda própria, como em Brasília, e depende financeiramente do marido. Ela poderia buscar um emprego fixo nas fazendas do agronegócio, que demanda por mão de obra, mas significaria abandonar por um longo período o lote. Ressalta que, no meio rural, o papel da mulher não é valorizado, nem pelos próprios moradores da região.

Olívia da Silva Gomes Costa e Sérgio Joaquim Costa são naturais de Mambaí/GO e moram no assentamento há 10 anos. Ela é participante ativa da Associação, pois o marido é o presidente. Acha importante se posicionar nas reuniões, acredita que todos possuem sua vez de falar.

Como fonte de renda, cria frangos e vende ovos. Na criação de frangos ela consegue aplicar alguns conhecimentos adquiridos no curso que participou ministrado pela Coopera-DR, sobre a criação destas aves.

Dona Olívia confessa sua satisfação com os afazeres de seu cotidiano. Além dos trabalhos direcionados ao cuidado da casa e das galinhas, possui um espaço do terreno onde implantou a agrofloresta. De acordo com a informante, a área poderia ser maior se a disponibilidade de água fosse favorável. Como a oferta de água não é suficiente para a manutenção das hortaliças durante o ano, ela planta apenas no período chuvoso.

Sueli Lima Barbosa mora no assentamento há 12 anos. Ela planta algumas hortaliças com objetivo de atender as necessidades familiares. Em sua percepção, se houvesse no assentamento maior disponibilidade hídrica, ela poderia plantar maior diversidade de vegetais e também comercializá-los. Atualmente, em sua horta existe coentro, cebolinha e alho. Já tentou em outros momentos aumentar o espaço para plantio, no entanto, sem irrigar, tudo que foi plantado pereceu. Como a Dona Olívia também cria galinhas vendendo na cidade e para os moradores do assentamento.

Ela participa dos cursos disponibilizados e também das atividades da Associação. Quando questionada a respeito da participação feminina nos cursos e reuniões da associação, Sueli afirmou que a presença das mulheres é bem maior que a dos homens. Garante que expressa sempre sua opinião e narra, como exemplo, um episódio no qual os homens estavam concordando com uma inverdade sobre a realidade do Assentamento, o que não a impediu de se posicionar contra e apontar a falsidade do argumento deles.

Sobre o cotidiano da casa, afirma que divide as tarefas com o marido e tem satisfação em realizar e cuidar de tudo. Entretanto, a atividade que mais lhe causa prazer é o cultivo da roça. Quando a época é boa para se plantar, ela dedica o dia todo nessa atividade. Sueli, procura complementar a renda, confeccionando tapetes e conserva de pequi vendidos nas cidades vizinhas.

Antônia Cardoso dos Santos, 52 anos, viúva, natural de Mambaí, possui o ensino médio completo e mora sozinha. De acordo com ela as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores do Assentamento Cynthia Peter são a falta de água e ausência da coleta de lixo. Mesmo com as dificuldades apresentadas, a moradora afirma que consegue viver tranquilamente.

A sua principal fonte de renda é a comercialização de conservas dos frutos encontrados no cerrado. No último ano, preparou 360 litros de polpa de pequi e, aproximadamente, 180 garrafas foram vendidas. Os principais compradores foram de Brasília, no DF, e em Damianópolis - Goiás.

A Dona Antônia conserva em seu quintal, um espaço para aplicar aquilo que aprendeu nos cursos de agrofloresta, olericultura e cultiva plantas diversas, como: pimenta, laranja, abacate, manga, caju, acerola, cascudo (araticum), jenipapo, jatobá, feijão catador, arroz, mandioca.



Também, criam-se frangos e, no curral, ficam um boi e uma vaca para produção de leite consumido pela família.

Ela se sente feliz ao realizar as atividades no roçado. O último curso que participou foi o de confecção de sabão em pó feito de sebo. A política pública que tem acesso é a renda cidadã o que complementa a aposentadoria.

O Sistema Agroflorestal, convém esclarecer, é uma parceria entre ICMBio e UnB, sendo desenvolvido nos Assentamentos com o intuito de potencializar a produção em consonância com a conservação ambiental. Embora grande parte da população tenha participado de treinamentos e recebido bem esse sistema agrícola, o principal empecilho para a adoção do projeto é a falta de água na região.

5 VISIBILIDADE DA AUTONOMIA DA MULHER

É conveniente insistir que o trabalho e o papel da mulher na economia, a despeito de serem analisados no âmbito da casa e do quintal alcançam outras escalas. Neste caso, não perderemos de vista as políticas mais amplas buscando nexos, explicações que se denotem o elo entre eles. Isto é, das políticas e a realidade das condições de vida nos Assentamentos, aspecto que já o discutimos anteriormente (ALMEIDA, 2016).

Dona Cirene, do PA Nova Grécia, se desdobra entre os afazeres na panificadora, na casa e no quintal: de segunda a quinta-feira, ela se levanta às cinco horas e vai para a panificação. Chega a casa às 16 horas e realiza os serviços domésticos, também cuida dos animais do quintal, recolhe os ovos das galinhas, faz o jantar da família e, depois de comerem, ela lava e guarda as vasilhas, se ocupando com essas atividades até as 20 horas. Nas sextas-feiras, lava roupa, mas é também o dia de ir a Posse resolver problemas do Território da Cidadania, fazer contatos com Associações e outras instituições. Aos finais de semana, sai para passear nos vizinhos ou recebe a visita deles em casa. Diante da descrição da rotina da entrevistada, nota-se que ela realiza múltiplas jornadas de trabalho, porém a maioria “(...) sendo a mulher o sujeito (...) que sofre a invisibilidade de seu trabalho produtivo e reprodutivo no mundo rural, tão invisível quanto a produção proveniente dos próprios quintais” (QUARESMA, 2015, p. 39).

Ora, neste contexto, tem-se modificado o entendimento do papel da mulher, desaconselhando as generalizações. Além dos quintais, que aumentaram a autoestima das mulheres ao sentirem que poderiam gerar uma renda com seu trabalho, merecem destaque três outros aspectos que mudaram as perspectivas das mulheres nos assentamentos: a questão da terra, os programas governamentais e a representatividade política.

Desde 2001, por meio da Portaria n. 121, o Ministério do Desenvolvimento Agrário determinou que em todos os documentos finais de concessão de titularidade constem o nome do casal. Isso foi devido a ter-se constatado que somente 12% dos lotes distribuídos estavam com a titularidade em nome das mulheres. De acordo com Deere (2004, p.184), “essa mudança fortalece a posição de retaguarda das mulheres. (...) caso se separem, se divorciem ou fiquem viúvas possam garantir a metade da propriedade comum à qual tem direito nos termos dos regimes de casamento”. Perde-se a discriminação feminina por ser a despossuída e empodera-se a mulher pela posse legítima da terra.

No caso das assentadas, em 2009, Dona Cirene se vinculou ao Colegiado de Posse, por meio de um convite para representar as mulheres do município junto ao Território da Cidadania do Vão do Paranã. Ela afirma que, desde então, adquiriu mais conhecimento para conseguir os recursos para a propriedade e para o PA, que a partir desse momento tem suas demandas contempladas. Salienta a importância da diversidade no Colegiado e da participação das mulheres. Atualmente, o Colegiado é composto principalmente pela sociedade civil e diminuiu o número de representantes de órgãos e de técnicos. Essa realidade contribui para ampliar a participação dos(as) produtores(as) rurais, mas dificulta bastante o processo de acompanhar editais, de elaborar projetos que eles não têm conhecimento e prática.

Para ela, sua contribuição ao Território da Cidadania é importante e a mulher “não se valoriza até ver que é importante”. Defende que as mulheres devem ter participação mais ativa nas reuniões para aprender e entender sobre os seus direitos. Na primeira reunião elas podem ter dificuldades na compreensão, uma vez que os técnicos falam muito em siglas. Para ela, deveria ser mais o “português do produtor”; mas com o tempo elas passam a entender a importância do seu trabalho. Ela ressalta que “as mulheres precisam de conhecimento para tentar tirar o seu sustento do lugar”.

Pela Portaria já citada, do MDA, determinou-se que 30% dos créditos do Pronaf fossem, preferencialmente, concedidos às mulheres, pelo Pronaf-Mulher. Hernández (2010) afirma que o objetivo do MDA é reduzir as desigualdades entre mulheres e homens no processo de produção no campo; e a superação é possível com o equilíbrio entre mulheres e homens em termos de recursos econômicos, participação política e relações pessoais.

Entre os projetos de fomento acessados pelas mulheres do PA, Dona Cirene cita o Fomento Mulher, do Pronaf-Mulher, realizado por 50 mulheres, tendo 39 beneficiadas e alguns cursos realizados pela Cooper Paranã, que também faz a intermediação para a venda de pães para escolas. Com entusiasmo, ela fala sobre a produção de pães, rosca e peta fabricados por seis mulheres que



financiaram as máquinas e equipamentos com o Pronaf, e cuja produção é para escolas locais pelo PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. Ela expressa ainda o interesse comum entre elas em um curso de panificação para ampliar a variedade de pães produzida, diante do sucesso obtido atualmente. Sobre projetos realizados anteriormente, como horta, artesanatos, sabão de mamão e doces, elas confessam terem tido muitas dificuldades em comercializar os produtos, gerando frustrações nas mulheres.

Desde 2009, com a criação do Território da Cidadania do Vão do Paranã, aumentou sensivelmente a participação de mulheres nas atividades associativas. Ilustra-se com o próprio Território da Cidadania, no qual, dentre os quatro comitês mais atuantes, destaca-se o Comitê das Mulheres.

Outras mulheres assumiram a direção de Coordenações e Associações no Norte e Nordeste de Goiás, além da Cirene, já apresentada. A vice Coordenadora do Território da Cidadania do Vão do Paranã é uma Tecnóloga em Agropecuária. Ela integra também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), ligado aos movimentos sociais.

Em Posse, Maria Marly dos Santos é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Posse. Desde 2000, ela vinculou-se ao Sindicato quando foi convidada pela presidente naquele período para fazer parte da diretoria. Em 2014, se tornou a presidente. Hoje, há aproximadamente seis mil associados(as), porém, somente cerca de mil estão com as anuidades atualizadas.

Em Mambaí, Aurelina Pereira é Presidente da Associação do PA Banco da Terra, comumente conhecida como Agrovila. O PA tem 49 famílias e 29 lotes. Ela fez o curso de agrofloresta promovido pelo ICMBio, juntamente com mais cinco mulheres, e já levam seus produtos para a feira, aos domingos, em Mambaí. Dona Aurelina planeja aumentar sua renda oferecendo “comida da roça”, com produtos do seu quintal, para os visitantes das cavernas locais.

6 À GUIA DE CONCLUSÃO

O espaço social rural brasileiro contemporâneo e sua rede de pequenas cidades revela o meio rural não mais como lugar “arcaico” ou “atrasado”, mas como lugar “multifuncional”, onde se podem incorporar os avanços tecnológicos para o produzir, o habitar e o usufruir, com conservação dos recursos naturais. Neste lugar cresce a presença da mulher.

Embora o espaço rural ainda continue masculinizado e com valorização do trabalho exercido pelo homem, há fissuras que permitem vislumbrar a mulher e seus espaços. Neles, destacamos os quintais e o espaço do empoderamento da mulher rural.

O espaço que denominamos de quintais é parte do cotidiano e da existência das famílias rurais, é a extensão de sua moradia, além de lugar de produção de alimentos. Dessa maneira, o domínio do quintal é concomitante garantia de enriquecimento da alimentação e também identificação com o rural e com o campo.

Entendemos que cuidar dos quintais é cuidar da casa, uma vez que são extensões da moradia e parte do espaço vivido e do cotidiano. Também compreendemos que trocar experiências produtivas e de manejo de quintais com as mulheres assentadas é uma forma de entender a relação com a natureza e com o exterior, e ainda, possibilidade de um uso diferente desses espaços produtivos para melhorar a qualidade alimentar e, quem sabe, gerar excedente para trocas com vizinhos e nos mercados locais. No entanto, sem caracterizar isso como um fim, sendo apenas uma forma de agregar renda para adquirir produtos não cultivados no assentamento.

As mulheres rurais têm dificuldade em ver, por parte de outros, a valorização do trabalho exercido por elas. Contudo, diante do exposto, nota-se que ele em nada deve ser considerado inferior ou excedente.

Convém ressaltar dois aspectos que contribuíram para mudanças na postura das mulheres: a participação em encontros, junto com mulheres das cidades, possibilitou informações sobre os direitos humanos, fazendo reconhecer que seu trabalho tem valor, e buscasse mais visibilidade em meio as relações patriarcais; segundo, o movimento feminista tem papel fundamental, pois vem se articulando com movimentos sociais, sindicalistas de mulheres rurais para pensar como se dá a divisão sexual de trabalho.

A constatação de tal contexto para a mulher rural é somada com o reconhecimento de um processo crescente de sutis mudanças no papel, no trabalho e na condição da mesma. Com a atual geração de renda derivada da oferta de novos produtos originários do Cerrado, do agrofloresta mas passíveis de serem cultivados, certamente os quintais se fortalecem e dignificam o trabalho da mulher. Haja vista a motivação delas para ocuparem cargos nas Associações, em Projetos e Comitês, assumindo lideranças nas quais os homens tradicionalmente dominavam.

Atualmente, por mostrarem sua capacidade produtiva e de gerar renda, as mulheres têm o reconhecimento e respeito pelo Estado, que lhes concede linha de crédito específica; pela família, que colabora; e pela sociedade civil ao indicá-las ou nomeá-las para cargos de liderança. Elas assumem um protagonismo político pelo reconhecimento social e econômico. Finalmente, elas se sentem cidadãs no universo de vida que participam.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. Communautés traditionnelles de quilombolas dans le nord-est de Goiás: les arrière-cours comme expressions territoriales. **Confins (Paris)**, v. 1, p. 1, 2016.
- ALMEIDA, M. G. (Coord.). Troca de Saberes no Cerrado: Valorização dos Quintais, Segurança Alimentar e Cidadania nas Comunidades Kalunga em Teresina de Goiás. **Projeto de Extensão**. Goiânia: UFG/IESA, 2010.
- ANJOS, F. S. D.; Caldas, N. V.. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, 26(1), pp. 661-694, 2005.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARVALHO, G. L. O turismo no Nordeste Goiano e a possibilidade de valorização da natureza e da cultura do Cerrado. In: ALMEIDA, M. G. (Org.). **Tantos Cerrados**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 251-270.
- DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1), p. 174-204, jan-abr. 2004.
- HERNÁNDEZ, O. Carmen. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, Parry (Org.); CORDEIRO, Rosineide (Org.); MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, p. 97-122, 2010.
- IBGE, 2010. **Censo Demográfico 2010 - notas metodológicas**, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos feministas**, v. 12, n. 1, p. 303, 2004.
- KAYSER, B. Naissance des nouvelles campagnes. Paris: Ed. de l'Aube. 1996.
- MAIA, A. G; BUAINAIN, A. M.. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins**, 25, 2015: Número 25.
- MENDRAS, H. (Dir.) **L'agriculture dans le monde rural de demain: a nouveaux enjeux, droit nouveau**. Paris: La Documentation Française, 1986.
- PEREIRA, B.; M. ALMEIDA, M. G. A biodiversidade nos quintais: uma relação com a territorialidade Kalunga. **GeoNordeste**, Aracaju, p. 48-63, 2012.
- QUARESMA, Amanda P. Mulheres e quintais agroflorestais: a ajuda "invisível" aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In: HORA, Karla (Org.); REZENDE, Marcela (Org.); MACEDO, Gustavo (Org.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves. 4. ed., Brasília: MDA, p. 35-43, 2015.
- SCHNEIDER, S.; RONI, B. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD** 107, p. 109-135, 2011.

SILVA, M. A. M. Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.); MEDEIROS, Leonildes S. (Org.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 163-186, 2013.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**. A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

VIOLA, A. **Antropología del desarrollo: Teorías y estudios etnográficos en América Latina**. Barcelona: Paidós, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas—o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, p. 87-145, 2013.

_____. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil-Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 2000 - revistas.ufpr.br. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/22105>; Acesso em 1 de janeiro de 2000.

Recebido em setembro de 2016

Aprovado em novembro de 2016

